



**CONSELHO DE ENSINO PARA GRADUADOS
ATA DA REUNIÃO DO DIA VINTE E QUATRO DE MARÇO DE DOIS MIL E
DEZESSETE**

1 Aos vinte e quatro dias do mês de março de dois mil e dezessete, às dez horas e cinco
2 minutos, o Conselho de Ensino para Graduados reuniu-se em Sessão Ordinária, na sala
3 do Conselho Universitário, sob a presidência da Professora Leila Rodrigues da Silva.
4 Estavam presentes à sessão a Superintendente Acadêmica de Pós-Graduação da PR-2,
5 Professora Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva, a Superintendente Administrativa da
6 PR-2, Marília Morais Lopes, os Conselheiros Docentes, representantes dos Centros
7 Universitários, Gregório Malajovich Munoz (CCMN), Josefino Cabral Melo Lima (CCMN),
8 Luca Roberto Augusto Moriconi (CCMN), Marcelo Byrro Ribeiro (CCMN), Aloysio Moraes
9 Rego Fagerlande (CLA), Doris Clara Kosminsky (CLA), Henrique Cairus (CLA), Rachel
10 Coutinho M. da Silva (CLA), Beatriz Becker (CFCH), Mariane Campelo Koslinski (CFCH),
11 Mônica Pereira dos Santos (CFCH), Marcelo Álvaro de Macedo (CCJE), Orlando Alves
12 dos Santos Jr. (CCJE), Bruno Lourenço Diaz (CCS), Irene de Almeida Biasoli (CCS), José
13 Garcia Abreu Jr. (CCS), Kátia Vergetti Block (CCS), Emerson Oliveira da Silva (CT), Maria
14 Alice Zarur Coelho (CT), Marcello Luiz R. de Campos (CT), os Conselheiros Docente
15 representantes do Fórum de Ciência e Cultura, Alexandre Dias Pimenta, Antônio Carlos
16 de Souza Lima, Carlos Renato Rezende Ventura e Eliane Guedes, o representante do
17 Pólo Macaé Edison Luís Santana Carvalho, os representantes Técnicos-Administrativos
18 Marcia de Oliveira Cardoso e Sidney de Castro Oliveira e o representante Discente
19 Kleber Neves. Registrou-se a ausência justificada da Conselheira Hebe Signorini
20 Gonçalves (CFCH) e José Luis Lopes da Silveira (CT). A Pró-Reitora e Presidente do
21 CEPG, Professora Leila Rodrigues da Silva, deu início à Sessão pela apreciação das atas
22 dos dias 10 e 17 de março de 2017. Foram incorporadas as observações à ata do dia 10
23 de março. Colocadas em votação, as atas foram aprovadas com uma abstenção.
24 Passou-se ao **Expediente. 1)** O primeiro informe da Presidência tratou das boas vindas
25 aos novos Conselheiros representantes do Centro de Ciências da Saúde: Irene de
26 Almeida Biasoli, reconduzida como membro Efetivo, e seu Suplente, Bruno Lourenço
27 Diaz; José Garcia Abreu Jr., membro Efetivo, e sua Suplente, Kátia Vergetti Bloch; e os
28 novos representantes do Fórum de Ciência e Cultura: Antônio Carlos de Souza Lima,
29 reconduzido como membro Efetivo, e seu Suplente, Carlos Renato Rezende Ventura;
30 Eliane Guedes Ferreira, reconduzida como membro Efetivo, e seu Suplente, Alexandre
31 Dias Pimenta. Acrescentou que a alocação dos novos Conselheiros nas Câmaras será
32 formalizada na próxima sessão plenária. **2)** A Professora Leila informou que no dia 15
33 de março a CAPES realizou na USP um evento para apresentar o novo programa de
34 internacionalização, *Mais Ciência Mais Desenvolvimento* (MCMD). De acordo com a
35 Professora, o referido tema foi anunciado no Encontro Nacional de Pró-Reitores do ano
36 passado, e, em linhas gerais, a proposta indica a necessidade de que cada universidade
37 elabore um único projeto institucional de internacionalização, reunindo todas as
38 demandas. Para tanto, a CAPES irá lançar um edital. Ressaltou que, para dar início às
39 reflexões sobre a institucionalização na UFRJ, foi resgatado o relatório de uma comissão
40 que trabalhou sobre o tema em 2015. Destacou que tem conversado com a Diretoria de

41 Relações Internacionais (DRI), porém ainda há muito o que fazer. Acrescentou que até
42 o dia 4 de abril deverá ser remetido à CAPES um questionário com uma grande
43 quantidade de dados. O que se tem observado é que se trata de uma tarefa
44 especialmente complexa para instituições do porte da UFRJ. **3)** A Professora Leila
45 informou que no dia 16 de março houve uma reunião na FAPERJ com o Subsecretário
46 de Ciência e Tecnologia, Sr. Raphael de Oliveira Albergarias Lopes. Destacou que o
47 debate tratou principalmente do financiamento à pesquisa e da difícil situação da
48 FAPERJ e das instituições de ensino e pesquisa. Acrescentou que a reunião teve a
49 participação dos Pró-Reitores das instituições públicas do Rio de Janeiro e da PUC e
50 foram discutidas possibilidades e perspectivas, pensando soluções alternativas para a
51 crise que a FAPERJ enfrenta e que as instituições têm tido que administrar
52 cotidianamente. **4)** O terceiro informe da presidência tratou das 4 moções aprovadas no
53 CONSUNI reunido em sessão no dia 23 de março. De acordo com a Presidente, uma
54 das moções diz respeito à violência sofrida pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais
55 pelo Instituto de História no dia 15 de março. Lembrou que a movimentação no prédio
56 já é conhecida, e que as pessoas voltavam da manifestação, quando a polícia jogou
57 bombas no prédio que abriga as duas unidades. Ressaltou que a questão foi discutida
58 no CONSUNI gerando a referida moção que chama a atenção para a gravidade da
59 situação. A segunda nota diz respeito à exoneração do Professor Renato Machado Cotta
60 da presidência da Comissão Nacional de Energia Nuclear. Ressaltou que o CONSUNI fez
61 uma moção de agradecimento, apoio e reconhecimento da dedicação e competência do
62 professor, destacando o absurdo da situação. De acordo com a Presidente, a terceira
63 moção refere-se à aprovação da PEC 287, que traz enormes retrocessos sociais e a
64 precarização da aposentadoria de uma forma geral. De acordo com a Professora Leila, a
65 referida moção chama a atenção para os detalhes do processo e a perplexidade de toda
66 a comunidade. Por fim, a Presidente sublinhou a aprovação, essa semana, da
67 regulamentação da terceirização. Esclareceu que a contratação de terceirizados para
68 atividades fins até então não era legal, destacando a situação de precarização que
69 afetará os trabalhadores com a aprovação da referida PEC. **5)** A Presidente informou
70 que a PR2 tem acompanhado há alguns meses o Programa de Bolsas de Iniciação
71 Científica voltado para o Ensino Médio, o PIBIC-EM, verificando e buscando soluções
72 para as dificuldades encontradas, como o contato com os colégios e a preocupação com
73 a segurança dos alunos. Destacou que no dia 22 de março ocorreu uma reunião para
74 sistematizar as reflexões já acumuladas e para a passagem da coordenação geral do
75 PIBIC-EM. De acordo com a Presidente, o novo Coordenador é o Professor Fábio Garcez
76 de Carvalho do Colégio de Aplicação, que está bastante empolgado com a tarefa. **6)** A
77 Professora Leila informou que na semana passada houve uma reunião com os
78 presidentes de Câmaras deste Conselho, na qual foi estabelecida uma dinâmica de
79 reuniões e debatidos alguns temas relevantes para o CEPG. Agenda temática para
80 2017, apresentada neste Conselho, foi reafirmada e discutiu-se a necessidade de se
81 estabelecer algum tipo de hierarquia. Esclareceu que nada foi definido ainda, porém é
82 sabido que alguns temas precisam ser tratados urgentemente, como as reflexões que
83 irão subsidiar a CAAC, a CLN e todo o Conselho no que diz respeito à aprovação de
84 novos cursos de pós-graduação na UFRJ. Ressaltou que na oportunidade também foram
85 debatidos alguns processos que estavam pendentes nas Câmaras. **7)** Com relação à
86 Associação Brasileira de Antropologia, o Professor Antônio Carlos de Souza Lima
87 informou que foi retomada no ano passado a CPI que investiga a atuação da FUNAI e
88 do INCRA na demarcação de terras indígenas e de quilombos remanescentes. De acordo
89 com o Professor, a referida CPI foi encerrada por falta de relatório, após duas
90 prorrogações fora dos procedimentos regimentais da Câmara, com altos gastos em

91 viagens e assessores. Esclareceu que, para se eleger, o deputado Rodrigo Maia
92 comprometeu-se com os parlamentares vinculados a igrejas em não recriar a CPI. Uma
93 vez eleito, porém, no dia que deliberou o impeachment, recriou a CPI, pois foi
94 pressionado pela bancada ruralista. Ressaltou que a CPI foi retomada, mas devido às
95 implicações legislativas, já foi aprovada a primeira prorrogação. De acordo com o
96 Professor Antônio Carlos, trata-se da quarta prorrogação, se for considerado que há
97 uma continuidade entre as duas CPIs. Ainda de acordo com o Professor, no ano
98 passado, quando ainda era presidente da ABA, foi aprovada a proposta de quebra de
99 sigilo bancário da associação e da presidência. Esclareceu que a razão da quebra de
100 sigilo é a possibilidade de usar as informações obtidas como parte de um relatório que
101 já foi esboçado no pedido de criação da referida CPI. Ressaltou que, apesar de os
102 parlamentares envolvidos não comparecerem à CPI que eles mesmos criaram, tudo
103 indica que dessa vez a pressão será maior, pois não se trata de uma questão
104 parlamentar, mas jurídica. Ressaltou, ainda, se tratar de uma CPI de alta irregularidade
105 do ponto de vista dos regimentos da Câmara. Acrescentou que a SBPC já encaminhou
106 uma carta bastante incisiva ao presidente da CPI, senhor Alceu Moreira. O Professor
107 Antônio Carlos explicou que apesar da referida CPI ter sido criada para avaliar a ação
108 da FUNAI e do INCRA no reconhecimento dos direitos territoriais de índios e
109 quilombolas, esses últimos já deixaram de ser objeto de discussão, pois foi criada uma
110 comissão interna no INCRA para tratar da questão da terra, ficando no escopo da
111 comissão somente a FUNAI. O Conselheiro explicou que os artigos 231 e 232 da
112 Constituição reconhecem a ocupação tradicional por povos indígenas de terras, mas o
113 processo de reconhecimento dos direitos a esses territórios começa com um laudo
114 técnico de um antropólogo. A Professora Leila fez a leitura que o Relator da CPI destaca
115 em referência ao tema: "Já temos informações importantíssimas para passar a limpo o
116 INCRA e a FUNAI que passaram muito tempo de forma obscura atrapalhando o País
117 com assentamentos ilegais. Só o TCU apontou 540 mil lotes irregulares". Em seguida, o
118 Professor Antônio Carlos informou estar bem claro que a meta da CPI não se relaciona
119 aos indígenas ou quilombolas, mas aos seus assentamentos. Ressaltou que atacar a
120 Antropologia e a ABA é uma maneira de deslegitimar o saber técnico que dá início ao
121 processo. Esclareceu que o antropólogo desaparece na primeira etapa do processo e os
122 órgãos fazem o que querem depois com os relatórios. Explicou que as grandes
123 demarcações de terras em extensão no Brasil são na Amazônia. A Presidente destacou
124 ser pertinente trazer tais questões para o Conselho, tendo em vista observar um
125 movimento, que se articula com a referência feita à exoneração do Professor Ricardo
126 Machado Cotta, que é um evidente ataque à ciência, em diversas áreas. **8)** O informe da
127 Professora Eliane Guedes tratou do Curso de Extensão Meninas com Ciência: Geologia,
128 Paleontologia e Gênero, que será realizado no Museu Nacional a partir do dia 25 de
129 março. De acordo com a Professora, foram mais de 190 mil acessos na página do Curso
130 no *Facebook* e 600 inscrições. Segundo a Conselheira, o Curso, com carga horária total
131 de 32 horas, terá a participação de 50 alunas entre o sexto e o nono ano. Destacou que
132 estão envolvidas com a promoção do referido Curso, além das professoras do
133 departamento de Geologia e Paleontologia, alunas de graduação, mestrado e
134 doutorado. A Professora Leila parabenizou a Professora Eliane pela iniciativa e solicitou
135 o encaminhamento de dados para a PR2 fazer a divulgação da atividade. Passou-se à
136 **Ordem do Dia**. Primeiro ponto da pauta: *Recomposição da Câmara Mista CEG/CEPG*. A
137 Professora Leila esclareceu que já existem representantes de alguns Centros na Câmara
138 Mista CEG/CEPG, faltando a inclusão de representantes do Centro de Ciências da
139 Saúde, do Centro de Tecnologia e do Fórum de Ciência e Cultura. Após debate, foi
140 apresentada uma proposta de nomes para composição da Câmara na forma a seguir:

141 **CCMN – Marcelo Byrro Ribeiro; CLA – Henrique Fortuna Cairus; CHCH – Hebe**
142 **Signorini Gonçalves; CCJE – Orlando Alves dos Santos Jr.; CCS – Kátia**
143 **Vergetti Bloch; CT – Maria Alice Zarur Coelho; FCC – Antônio Carlos de Souza**
144 **Lima; Campus Macaé – Edison Luís Santana Carvalho.** Colocada em votação, a
145 proposta foi aprovada com 2 abstenções. Passou-se ao segundo ponto da pauta:
146 *Instrução Normativa.* O Presidente da Câmara de Corpo Docente e Pesquisa (CCDP),
147 Professor Orlando Alves dos Santos Jr., esclareceu que a Resolução 08 de 2014 do
148 CONSUNI prevê em seu artigo 9º a autorização do CEPG para o início de avaliação para
149 progressão e promoção docente sem titulação. A fim de homogeneizar as solicitações
150 que chegam ao CEPG para análise, concluiu-se que era fundamental a elaboração de
151 uma Instrução Normativa. A Professora Leila informou que Suelen, Assessora da CCDP,
152 com o apoio da Aleni, Assessora da CAAC e CCD, elaboraram uma proposta de
153 Instrução Normativa e a encaminharam para a CCDP, que ao longo dos dias trocaram
154 informações a respeito. Ressaltou que, em termos de conteúdo, não há na Instrução
155 Normativa proposta nenhum elemento adicional à Resolução 08 de 2014 do CONSUNI,
156 e que a preocupação da Câmara foi destacar os aspectos que irão facilitar a tramitação
157 dos processos neste Conselho. O Professor Orlando ressaltou que o CEPG não entra no
158 mérito da avaliação das progressões, só autoriza a abertura de processos de avaliação,
159 ou seja, só instrui a documentação com as quais as unidades devem montar os
160 processos, segundo a referida Resolução do CONSUNI. Acrescentou que o papel do
161 CEPG é normatizar o procedimento. Após discussão, com a apresentação pelos
162 Conselheiros de sugestões ao texto, a referida Instrução Normativa foi aprovada por
163 unanimidade na forma que segue: "*Tendo em vista a Resolução 08/2014 do CONSUNI,*
164 *que prevê em seu artigo 9º que o CEPG deve autorizar o início da avaliação para*
165 *progressão/promoção docente sem titulação, o Conselho de Ensino para Graduados –*
166 *CEPG resolve instruir às Unidades no sentido da tramitação dos processos dessa*
167 *natureza. Assim, indica que: os processos de progressão/promoção sem titulação*
168 *devem chegar ao CEPG com a seguinte documentação: pedido do interessado ao*
169 *Diretor da Unidade acerca do pleito com assinatura; relatório de atividades do*
170 *interessado; Curriculum Lattes atualizado do interessado; aprovação do Colegiado da*
171 *Unidade. Uma vez aprovado o início da avaliação pelo CEPG, os processos tramitarão*
172 *da seguinte forma: para promoção a professor Assistente, a avaliação deve ter como*
173 *base o exame do memorial descritivo das atividades e a defesa pública de seu*
174 *conteúdo, importância e embasamento teórico. A avaliação de desempenho deve ser*
175 *feita por uma comissão de 03 (três) professores Titulares ou Associados, sendo 01 (um)*
176 *externo à UFRJ, com 02 (dois) suplentes, respeitadas as excepcionalidades previstas na*
177 *Resolução supracitada. Para promoção a professor Adjunto, a avaliação deve ter como*
178 *base o exame do memorial descritivo das atividades e a defesa pública de seu*
179 *conteúdo, importância e embasamento teórico. A avaliação de desempenho deve ser*
180 *feita por uma comissão de 05 (cinco) professores Titulares ou Associados, sendo 02*
181 *(dois) externos à UFRJ, com 02 (dois) suplentes, respeitadas as excepcionalidades*
182 *previstas na Resolução supracitada".* Passou-se ao terceiro item da pauta. *Grupo de*
183 *trabalho para Estudo e Acompanhamento da Pós-Graduação Stricto Sensu: Estado atual*
184 *do trabalho.* A Presidente do referido Grupo de Trabalho (GT), Professora Maria Alice
185 Zarur Coelho, informou que a Presidente deste Conselho solicitou informações a
186 respeito do diagnóstico dos programas *stricto sensu* da UFRJ em andamento pelo GT. A
187 Professora Maria Alice lembrou que o referido grupo é composto por vários membros
188 deste Conselho e por ex Conselheiros de diferentes áreas de conhecimento. Esclareceu
189 que o grupo tem se reunido a cada 15 dias, com exceção dos meses de janeiro e
190 fevereiro, por conta do recesso. Acrescentou que o grupo está em fase final de

191 elaboração desse quadro diagnóstico, a partir de dados consolidados que foram
192 retirados da CAPES. Em seguida parabenizou o Conselheiro discente, Kleber Neves, pelo
193 enorme trabalho de coletar esses dados e formar redes e gráficos para que fosse
194 possível tirar conclusões mais gerais em relação à UFRJ. Acrescentou que ainda
195 pretende identificar redes de relacionamentos entre diferentes programas da UFRJ, por
196 meio da identificação de orientadores e professores que participam de mais de um
197 programa na UFRJ. Ressaltou que é possível observar nitidamente que existem
198 programas que são totalmente isolados e outros que têm interações com quase toda a
199 universidade. Destacou que a partir dos dados de 2015 foi possível fazer uma análise
200 de cluster, que foram agrupados das mais diferentes formas. De acordo com a
201 Professora Maria Alice, essa primeira fase está praticamente concluída e vai servir como
202 base para a próxima discussão, cuja temática será política de fomento à integração,
203 por exemplo, por meio de disciplinas comuns e da circulação de alunos entre
204 programas, melhorando a utilização dos recursos humanos e financeiros. Acrescentou
205 que na segunda fase serão feitas comparações de dados de 2010 a 2013, que o
206 Conselheiro Kleber também retirou das informações disponibilizadas pela CAPES.
207 Informou que um segundo quadro comparativo terá como alvo a comunidade externa,
208 ou seja, outras universidades do estado do Rio de Janeiro, bem como as do Brasil
209 consideradas top 5 na CAPES. O Conselheiro Kleber Neves fez a ressalva de que os
210 dados da CAPES provem do que os programas enviam através do Coleta CAPES.
211 Informou que esses dados direcionam a discussão para algo mais produtivista e
212 destacou que durante o debate não se deve ater muito aos dados, tendo em vista que a
213 CAPES só oferece números. A Professora Leila lembrou que a motivação para a criação
214 desse grupo de trabalho é o exame do conjunto da pós-graduação. Destacou que a
215 perspectiva é construir uma visão abrangente da pós-graduação e o grupo de trabalho
216 não precisa fazer nenhum relatório conclusivo. Destacou ainda que o trabalho do grupo
217 é selecionar os dados, verificar os elementos de confluência, identificar sobreposições e
218 vazios, para subsidiar, em longo prazo, as discussões no plenário. A Professora Maria
219 Alice complementou o que o Conselheiro Kleber ressaltou, destacando que desde o
220 início o grupo tem a preocupação de não ficar ligado aos dados quantitativos. Salientou
221 que muitas informações não são acessíveis ao grupo, e por isso muitas experiências são
222 trazidas pelos Conselheiros, que são ou foram coordenadores de pós-graduação, e que
223 o GT precisará deste Conselho, como um todo, para adensar a discussão. Acrescentou
224 que o tema internacionalização, sob diversas perspectivas, também será pautado. Após
225 a apresentação da presidente do GT, iniciou-se o debate. Os conselheiros se
226 manifestaram, sublinhando: a importância da internacionalização, pois a UFRJ é uma
227 das universidades que mais recebem participantes externos; a dificuldade de identificar
228 e sistematizar informações sobre colaboradores externos estrangeiros; a preocupação
229 com a maneira que a UFRJ recebe os estrangeiros, e a necessidade da PR-2, o
230 CONSUNI e o CEPG pensar em mecanismos para recebê-los de forma satisfatória, ainda
231 que haja custo para a UFRJ. A Professora Leila destacou que existe a preocupação com
232 o aluno estrangeiro e que a PR-2 e a DRI têm pautado essa questão. Salientou que no
233 dia 7 de abril, quando começará a ser discutida a internacionalização de modo mais
234 sistemático no CEPG, Vitor Amaral, Diretor de Relações Internacionais da UFRJ, virá
235 apresentar o conjunto de iniciativas neste sentido. Destacou que um pequeno manual
236 está sendo produzido pela DRI e que já está em curso a criação de um sistema para
237 registrar os alunos estrangeiros, com objetivo de acompanhamento. Continuando o
238 debate, os conselheiros realçaram que, se a UFRJ atrai pessoas, é importante saber
239 para onde elas vão após a sua formação, em especial os Professores Visitantes, Pós-
240 Doutores e Alunos de Iniciação Científica; salientaram a importância da discussão sobre

241 a institucionalização do pós-doutorado, em especial dos pesquisadores estrangeiros; e
242 as dificuldades encontradas pelos estrangeiros em relação à língua. Foi registrado pela
243 Conselheira Mônica que os pontos levantados se referem à temática de inclusão, que é
244 muito abrangente, mas exige a construção de estratégias conjuntas pela UFRJ. O
245 Professor Marcello Luiz R. de Campos informou que a COPPE criou recentemente a
246 assessoria internacional, que trabalha próxima da DRI e tem alcançado resultados
247 positivos. Acrescentou que são ofertados cursos em inglês para os alunos estrangeiros.
248 A Professora Leila acrescentou que, em reunião, o Vitor Amaral chamou a atenção para
249 as experiências bem-sucedidas da COPPE e da Escola Politécnica no âmbito da UFRJ na
250 recepção de estrangeiros. Com relação ao curso de línguas, o Professor Henrique Cairus
251 comunicou a iniciativa da Faculdade de Letras, muito pertinente, de promover um curso
252 de Português para estrangeiros. A Professora Maria Alice sublinhou que nesse primeiro
253 momento o GT ficou voltado para coleta de informações, mas que em um segundo
254 momento serão levantados dados nos próprios programas. A presidente submeteu aos
255 conselheiros a prorrogação da Sessão, que foi aprovada com duas abstenções. A
256 Professora Leila esclareceu que será acrescentada na Agenda CEPG para 2017 a
257 sugestão de inclusão de uma reflexão sobre a institucionalização dos Pós-doutorandos,
258 apresentada pelo Conselheiro Garcia no debate. O Conselheiro Kleber lembrou que, na
259 discussão, o Professor Carlos Renato também mencionou a questão dos egressos. A
260 Professora Leila ressaltou que o tema também será pautado. Como não houve relato de
261 processos, a Professora Leila Rodrigues da Silva deu por encerrada a sessão às doze
262 horas e cinco minutos. Para constar, eu, Denilson Santos de Jesus, Secretário do CEPG,
263 lavrei a ata que, após aprovação, será assinada pela Presidente da sessão, Professora
264 Leila Rodrigues da Silva, e por mim.

265 Denilson Santos de Jesus

Professora Leila Rodrigues da Silva

266 Secretário

Presidente do CEPG